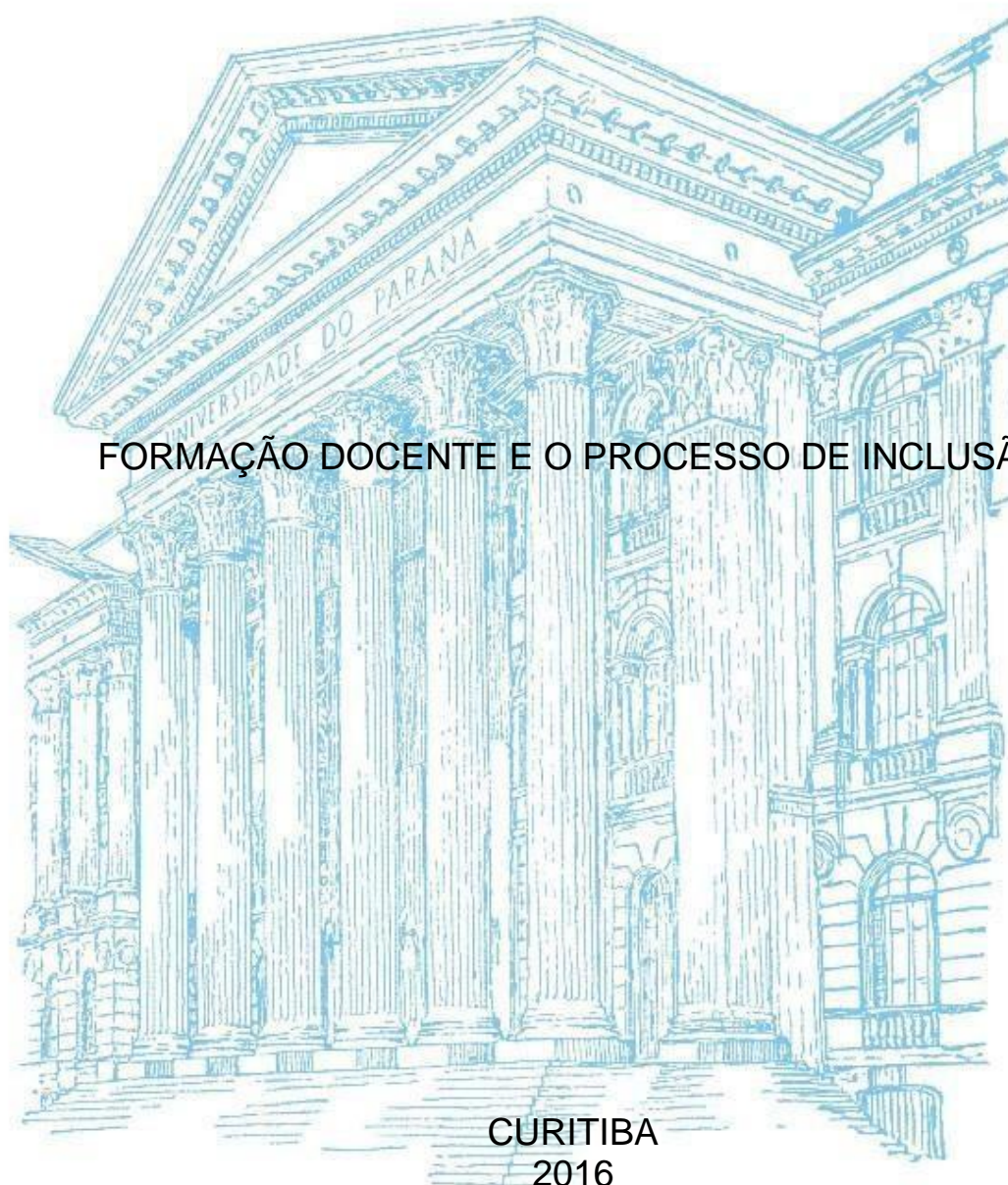


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

CARLA ANDRESSA NICOLAIO



FORMAÇÃO DOCENTE E O PROCESSO DE INCLUSÃO

CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

CARLA ANDRESSA NICOLAIO



FORMAÇÃO DOCENTE E O PROCESSO DE INCLUSÃO

Trabalho apresentado como requisito à
obtenção do grau de especialista no Curso
de Especialização em
Pedagógica, Setor de
Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Liliane Schenfelder Salles.

CURITIBA
2016

FORMAÇÃO DOCENTE E O PROCESSO DE INCLUSÃO

NICOLAIO¹, Carla Andressa

RESUMO: A atual demanda dos cursos de educação profissional, nas escolas públicas de ensino regular e centros de educação profissional, tem apresentado mudanças significativas em virtude do processo de inclusão na educação básica. Os estudantes que participaram ativamente dos processos inclusivos nas últimas duas décadas estão chegando ao ensino médio, ensino superior e mercado de trabalho, sujeitando as escolas e instituições de ensino superior a se adaptarem as suas limitações de modo a que suas necessidades educacionais sejam satisfeitas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, definem a necessidade de que os cursos de formação docente, nas instituições de ensino superior, prevejam, em sua organização curricular, especificidades acerca do atendimento à diversidade, considerando as necessidades educacionais especiais de estudantes com deficiência. Entretanto, os cursos de educação técnica contam com profissionais de formação tecnológica, sem a obrigatoriedade de conhecimentos sobre educação inclusiva em sua organização curricular, havendo assim a necessidade de iniciativas que promovam a formação continuada dos profissionais. São profissionais de formação em engenharias, tecnologias e bacharelados, que não possuem em sua matriz curricular a formação adequada à docência e, quando da participação de cursos de aperfeiçoamento, a prática junto a inclusão é pouca ou inexistente. Para tanto, é necessário se fazer conhecer as deficiências na formação docente dos profissionais que atuam na educação profissional, além de suas expectativas, quais as abordagens diferenciadas que utilizam, bem como as problemáticas vivenciadas pela falta de conhecimentos específicos da construção da formação pedagógica. Esta pesquisa busca conhecer a legislação que rege a educação inclusiva, bem como o histórico da construção do processo de aprendizagem e inclusão, também da participação dos portadores de necessidades especiais na formatação dos documentos legais que possibilitam o status quo do processo educativo e social de inclusão, processo este com longa jornada de lutas contra a exclusão social.

Palavras-chave: inclusão, formação de professores, educação profissional.

¹ Artigo produzido pela aluna Carla Andressa Nicolaio, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob a orientação da professora Liliane Schenfelder Salles. E-mail: cnicolaio@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva busca o direito de todos os estudantes de aprenderem juntos, desenvolvendo um ambiente de equidade e sem discriminação, criando alternativas e debatendo as dificuldades de inclusão dentro dos sistemas de ensino.

Este artigo representa um estudo realizado acerca da responsabilidade da coordenação pedagógica, juntamente com o corpo docente, para a efetiva inclusão de estudantes de educação especial no Curso Técnico em Informática.

Trata-se de um estudo de caso vivenciado através de experiências desta coordenação que, ao observar a possibilidade de trabalhar com situações atípicas ao curso técnico, demandando conhecimento e diversificando as relações professoraluno, coordenação-professor, provocou a necessidade de analisar a prática pedagógica dos profissionais que atuam na educação profissional.

A problemática pode ser evidenciada em três casos. Primeiramente, a matrícula de uma aluna com deficiência auditiva no primeiro ano do curso, na modalidade Integrado que, com direito à professora intérprete, pôde ter seu desenvolvimento intelectual preservado; a segunda situação identificada foi durante as matrículas na modalidade subsequente, quando um aluno cego solicitou o ingresso no curso para adultos. Esta ocorrência causou desconforto para professores, coordenação e escola, visto a necessidade de conhecer e adaptar metodologias que visassem a efetiva aprendizagem do estudante; em última análise, pudemos conhecer outro aluno que, advindo de “classe de aceleração”, não dispõe dos conhecimentos prévios para acompanhamento junto ao ensino médio, quiçá o ensino técnico.

É certo que, enquanto professores, convivemos com uma gama infinda de situações que promovem a constante busca por aperfeiçoamento, seja nas mudanças de tecnologias, ou nas ocorrências do dia a dia. Os estudantes não são seres uniformes, assim, a maneira de se ensinar também não é. Deste modo, é possível compreender que, os estudantes, em suas diferenças, necessitam de maior ou menor intervenção do docente, bem como o professor modifica sua metodologia para com os estudantes de acordo com a identificação das diversidades encontradas em cada classe.

A partir disso, a discussão que se levanta é a formação docente para a diversidade, para a inclusão, desejando-se fazer uma análise, junto aos professores

do Curso Técnico em Informática, modalidades Integrado e Subsequente, sobre a construção individual de seus currículos e, as oportunidades apresentadas para que seja permitido a efetiva inclusão à aprendizagem dos estudantes com necessidades especiais.

Assim, este documento se organiza de modo a realizar uma breve identificação do histórico legal da inclusão, conhecendo as legislações que promovem as oportunidades de aprendizado aos estudantes de educação especial. Posteriormente, através de questionário, conhecer a formação dos professores e professoras do Curso Técnico em Informática, objeto de análise desta pesquisa, identificando a construção formal do currículo do profissional, sistematizando as experiências, bem como analisando as falhas na formação para docência. A partir de então, promove-se a análise de experiências de inclusão buscando fomentar a prática pedagógica dos professores e professoras do curso.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA – HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO

Segundo Lanna Júnior (2010, pág. 16), “As palavras usadas para nomear as pessoas com deficiência comportam uma visão valorativa que traduz as percepções da época em que foram cunhadas.”. Assim, muitas denominações utilizadas para evidenciar o portador de necessidades especiais, no século XX, indicavam pessoas sem valor, “as premissas de menos-valia que até então embasavam a visão sobre a deficiência” (pág. 17).

Inspirado nas experiências europeias, a inserção da Educação Especial no Brasil aconteceu de duas maneiras distintas, através de iniciativas particulares, remontando a 1854 a 1956 e; dos anos de 1957 a 1993, com iniciativas oficiais de âmbito nacional (PACHECO e COSTAS, 2006, pág. 154).

Através destes autores, é possível compreender que a perspectiva inicial de funcionamentos das instituições que trabalhavam com os casos de necessidades especiais, direcionava-se para a exclusão. “A chegada da Corte portuguesa ao Brasil e o início do período Imperial mudaram essa realidade” (LANNA JÚNIOR, 2010, pág. 22)

As literaturas pesquisadas nos permitem fazer um cronograma das iniciativas de inclusão acontecidas no Brasil:

- 1829 – Criação do Sistema Braile;
- 1854 - Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro;
- 1857 - Imperial Instituto dos Surdos-Mudos;
- 1874 - Assistência aos deficientes mentais, no Hospital Estadual de Salvador, Bahia, hoje chamado de Hospital Juliano Moreira;
- 1880 – Proibição da linguagem de sinais;
- 1883 - 1º Congresso de Instrução Pública - sugestão de currículo e a formação de professores para surdos e cegos;
- 1900 - Publicação da monografia intitulada Da Educação e Tratamento Médico–Pedagógico dos Idiotas, apresentada pelo Dr. Carlos Eiras no 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro;
- 1926 – Sociedades Pestalozzi, início das investigações acerca de deficiência intelectual;

- 1929 – Criação do Instituto Santa Terezinha, em apoio aos deficientes auditivos;
- 1942 – Primeira edição em braile da Revista para Cegos (IBC);
- 1946 - Instalação da imprensa Braille;
- 1949 - Distribuição gratuita de livros em braile às pessoas cegas;
- 1950 – Fundada a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), hoje Associação de Assistência à Criança Deficiente;
- 1950 - Conselho Nacional de Educação autoriza que estudantes cegos ingressassem nas faculdades de Filosofia;
- 1954 – Pais e amigos com deficiência auditiva fundam o Instituto Educacional São Paulo;
- 1954 - Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);
- 1954 – Criação da Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), para reabilitação de sequelas da Poliomielite;
- 1956 – Início dos cursos de graduação em Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Escola da Reabilitação da ABBR;
- 1960 - Escola Municipal de Educação Infantil e de 1º Grau para Deficientes Auditivos Helen Keller;
- 1960 – Mudança no perfil dos usuários dos centros de reabilitação em virtude da vacinação;
- 1962 – Criação da Federação Nacional das APAEs (Fenapaes);
- 1970 – Movimento Político das Pessoas com Deficiência;
- 1979 – Criação da Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes;
- 1980 - 1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes;
- 1981 – ONU promulga o Ano Internacional das Pessoas Deficientes;
- 1984 – Reconhecimento formal da Língua de Sinais como língua natural das pessoas surdas;
- 1987 – Criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis);
- 1993 - Libras é a sigla votada e aprovada pela Feneis para denominar a Língua Brasileira de Sinais.

Todas estas organizações e entidades fomentaram iniciativas de lei que permitiram a inclusão dos indivíduos, possibilitando a percepção acerca da temática Direitos Humanos. Como exemplo, a oficialização nacional de Libras como meio legal de comunicação e expressão de língua brasileira de sinais pela Lei nº 10.436, em 24 de abril de 2002.

Não há como negar a complexidade que existe nas relações entre cultura, linguagem e identidade; mas também não se pode negar que o fato de pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva traz uma marca identitária significativa para essa parcela da população, que reafirma sua diferença perante o mundo ouvinte e, assim, legitima sua luta por direitos e pela sua existência como cidadãos. (LANNA JUNIOR, 2010, pág. 34)

Realizando uma retrospectiva a partir das discussões realizadas no Congresso de 1980, o caráter voltado aos Direitos Humanos, por parte dos associados das diversas instituições, visava, e ainda visa, a inclusão social, com respeito às diferenças, em um protesto a “discriminação das pessoas com deficiência”. Pode-se perceber os ideais do movimento a partir da carta aberta à população que foi distribuída por ocasião daquele evento:

Não reivindicamos privilégios, apenas meios para que possamos exercer os direitos comuns a todos os seres humanos. Como pode uma pessoa deficiente exercer o seu direito de voto se ela é impedida de fazê-lo porque sua seção possui escadas? Como pode uma pessoa deficiente exercer o seu direito de utilizar o transporte coletivo se os degraus do ônibus são altos demais? (apud LANNA JUNIOR, 2010, pág. 39)

Segundo Lanna Junior (2010, pág. 42), o Núcleo de Integração de Deficientes (NID) apresentava uma crítica e um discurso avançado, em que os direitos das pessoas com deficiência estavam vinculados a uma luta de “todos para todos”, numa perspectiva de direitos humanos, que só vem a ser alcançada no final do século XX.

Em termos de legislação, a primeira referência aos direitos das pessoas com deficiência está na Emenda nº 12, de 1978 (Emenda Thales Ramalho):

É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante: I. educação especial e gratuita; II. assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país; III. proibição de discriminação, inclusive quanto a admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários; IV. possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos. (BRASIL, 1978)

O Decreto Nº 91.872/1985 instituiu um comitê, ligado ao Ministério da Educação, para aprimorar a educação especial, buscando integrar as pessoas portadoras de deficiência à sociedade.

É correto afirmar que as associações participaram ativamente, empreendendo amplo debate acerca dos direitos das minorias, em se tratando do texto que faria parte na nova Constituição Brasileira (“Constituição Cidadã”), de 1988.

A Lei nº 7.853, de 1989, promove a integração social das pessoas com deficiência, e define elementos voltados para a área de educação que norteiam nossos trabalhos até os dias de hoje. São essas as definições:

I - na área da educação: a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios; b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas; c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino; d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência; e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo; f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino; (BRASIL, 1989)

Em 2006 a Organização dos Estados Americanos (OEA) define que o período entre os anos de 2006 a 2016 seja conhecido como a “*Década das Américas das Pessoas com Deficiência – pelos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência*”. E, estabelece um Plano de Ação voltado as necessidades das pessoas com deficiência.

Assegurar e garantir às pessoas com deficiência o acesso em igualdade de condições com os demais e sem discriminação a uma educação inclusiva e de qualidade, considerando seu ingresso, permanência e progresso no sistema educacional que facilite sua inserção produtiva em todos os âmbitos da sociedade. (OEA, 2007, pág. 6)

O status quo define uma agenda positiva no sentido de promover a educação inclusiva. Segundo Lanna Junior (2010, pág. 99) o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), busca a promoção de acessibilidade através de investimentos do governo federal em “estrutura arquitetônica” nas escolas com mais de 251 alunos. Além de proporcionar a existência de sala de recursos com “equipamentos e material

didático que permitam o acesso à aprendizagem, informação e comunicação por todos”. O autor ainda se refere a existência de “corpo docente e funcionários capacitados para prestar atendimento de acordo com as necessidades específicas de todos os alunos”.

A legislação que melhor representa as normativas para a educação é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) que, em seu capítulo V, sobre a Educação Especial, possibilita compreender a preocupação com inclusão do estudante com deficiência. O Art. 58 nos fala que a educação deve ser “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino” e, no seu inciso §1º dispõem sobre a existência de “serviços de apoio especializado, na escola regular”. Já o Art. 59 fala sobre a necessidade de “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

O documento intitulado Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, da Secretaria de Educação Especial (2001, pág. 60) ainda nos fala sobre a educação profissional, como direito do estudante, visando “sua integração produtiva e cidadã na vida em sociedade.” Através deste documento é possível nortear a formação oferecida pela escola, e curso, analisados, pois define especificamente o tipo de formação oferecidos.

Deve efetivar-se nos cursos oferecidos pelas redes regulares de ensino públicas ou pela rede regular de ensino privada, por meio de adequações e apoios em relação aos programas de educação profissional e preparação para o mercado de trabalho, de forma que seja viabilizado o acesso das pessoas com necessidades educacionais especiais aos cursos de nível básico, técnico e tecnológico, bem como a transição para o mercado de trabalho. (BRASIL, 2001, pág. 60)

Assim, definimos nosso trabalho de pesquisa. O processo de inclusão fala da necessidade de formação docente para a inclusão, mas qual é essa formação?

3 PESQUISA SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA

3.1 A necessidade de Formação Profissional

O curso já apresentava um número significativo de estudantes com laudos de transtornos diversos, mas nenhum com necessidades especiais. No entanto, ao início do ano letivo de 2016, ocorreram as matrículas de estudantes com deficiência auditiva² e deficiência visual³ em ambas as modalidades do curso analisado.

O primeiro caso se deu no ensino integrado, tendo a aluna direito à professora interprete, possibilitando melhor adaptação à nova situação que se apresentava.

Quanto ao aluno cego, discente do ensino subsequente, o embate surgiu nas dúvidas dos professores e professoras sobre como possibilitariam o conhecimento dos conteúdos e, a partir disto, como poderiam realizar as avaliações. As dúvidas são condicentes, a formação de muitos dos profissionais não se adequar às diferentes formas de ensinar apropriadas ao estudante com necessidades especiais.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (BRASIL, 2008, pág. 4)

Entretanto, a formação dos professores e professoras dos cursos profissionalizantes é, em sua maioria, nas faculdades de engenharia, tecnologia e bacharelado. Muitos possuindo mestrado em suas áreas, mas com pouca formação pedagógica, e menor ainda formação para a inclusão.

O Estado do Paraná prevê, para os profissionais do quadro próprio do magistério, com formação bacharel e tecnológica, a formação complementar junto ao Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), permitindo desenvolver conhecimentos e habilidades pedagógicas não constantes de sua formação inicial. Entretanto, para os professores e professoras do processo seletivo seriado (PSS), profissionais temporários, a existência deste curso no currículo é referência para pontuação mais expressiva na lista de aprovados, mas não obrigatória, ocorrendo assim, que muitos profissionais não possuam esta formação.

Deste modo, o processo de conhecimento sobre a formação dos profissionais que atuam no Curso Técnico em Informática, modalidades Integrado e Subsequente,

² Deficiência Auditiva: perda total ou parcial da capacidade de ouvir (Diferentes Deficiências e seus Conceitos); ³ Deficiência Visual: engloba tanto a cegueira como a baixa visão (Diferentes Deficiências e seus Conceitos).

se deu através de entrevista diagnóstica, possibilitando que os professores e professoras respondessem aos seguintes questionamentos:

- Modalidade: Integrado () Subsequente () 1) Qual a sua formação?
- 2) Sua formação o preparou para o trabalho com inclusão?
- 3) Possui conhecimentos sobre Educação Especial e Inclusão?
- 4) Já participou de cursos de capacitação sobre a temática? Quais? Qual instituição?
- 5) Qual sua visão de inclusão no Curso Técnico?
- 6) Defina estratégias, dentro da sua área de atuação, para a inclusão de alunos com necessidades especiais.

1 - Instrumento de Pesquisa – Profissionais do Curso Técnico em Informática

3.2 Procedimentos Metodológicos: Coleta de dados junto aos professores e professoras

A escolha das questões pretende a compreensão da formação dos profissionais que lecionam no curso, bem como a percepção das iniciativas dos professores e professoras para trabalhar com a diversidade, buscando uma abordagem crítica sobre o papel do docente para a inclusão nos cursos profissionalizantes.

A pesquisa foi explicada aos professores e professoras durante reunião da equipe, salientando a necessidade de conhecimento das estratégias desenvolvidas pelos profissionais, principalmente quando da não formação específica para atendimento dos estudantes com necessidades especiais. A partir disso, as questões foram entregues aos docentes, aguardando suas respostas para a efetiva sistematização.

3.3 Apresentação das informações

Primeiramente, é necessário conhecer os profissionais que atuam no curso técnico em informática. São 17 professores e professoras nas na modalidade integrado, sendo 4 de formação específica e 13 de formação em licenciaturas das

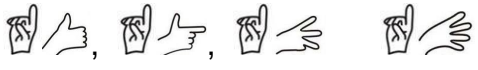

disciplinas do núcleo comum; e, na modalidade subsequente são 5 docentes, 3 de formação específica e 2 do núcleo comum.

Destes, apenas sete profissionais se dispuseram a participar da pesquisa, que foi solicitada, com especial carinho, aos docentes que possuem formação específica, pois a análise busca justamente tornar os seus processos de ensino aprendizagem mais inclusivos.

Os profissionais são nominados por elementos da língua brasileira de sinais, sendo utilizados os símbolos P e respectivos números:



SÍMBOLO	SIGNIFICADO
	D1 – Docente 1
	D2 – Docente 2
	D3 – Docente 3
	D4 – Docente 4
	D5 – Docente 5
	D6 – Docente 6
	D7 – Docente 7


2 - Simbologia para definir os professores entrevistados - LIBRAS





Assim, podemos definir que os docentes  e possuem formação em licenciatura. Os docentes  possuem formação tecnológica.


Os docentes  possuem pós-graduação na área de educação especial, e o docente  ainda possui pós-graduação em

Neuropsicopedagogia Clínica.



Apenas o docente  disse participar de projetos que abordavam inclusão durante a formação em licenciatura. Os demais declararam que não observaram qualquer iniciativa de aprendizagem sobre a temática durante a graduação. “A inclusão era apenas um rumor” (declaração do docente .


O docente  participou do PARFOR, possuindo em sua matriz curricular abordagens sobre a temática, mas sem muita profundidade.

Os docentes  e  participação de cursos de nível de mestrado em áreas da formação tecnológica, sem abordagens sobre a temática inclusão, sendo que o docente  pretende participar do PARFOR, enquanto o docente  já se encontra fazendo o curso.





Todos os docentes concordaram que os cursos de formação ofertados pela Secretaria Estadual de Educação (SEED), através do Núcleo Regional de Ensino (NRE) e processos de formação continuada, como as Semanas Pedagógicas, são importantes para a aprendizagem dos profissionais, pois a temática é debatida entre os pares, discutindo experiências da sala de aula, vivenciadas por todos, produzindo conhecimento que muitos não tiveram em sua formação docente, entretanto, conforme relata o docente , os conhecimentos são muito básicos e a formação é limitada.

Quanto a inclusão no Curso Técnico, todos os docentes concordam que falta estrutura para uma efetiva participação com equidade. Os profissionais que lecionaram para o aluno cego perceberam as dificuldades na preparação de um computador adaptado, com software de leitura de tela, além das dificuldades de interpretação do software quanto a imagens. Cabe ressaltar a necessidade de flexibilização do currículo para casos como este.

Entre as estratégias abordadas pelos profissionais pensa-se em “metodologias diferenciadas”, [...]”Utilização de materiais de apoio a fim de que a partir do concreto o aluno possa fazer a relação dos conteúdos” (declaração do docente ). O docente  fala em uma abordagem conjunta, dos professores das diversas disciplinas, a família e a equipe pedagógica, conhecendo “as reais dificuldades do aluno”.


O docente  fala na importância da inclusão, “tanto para o aluno que possui uma necessidade específica, quanto para os demais alunos, que aprendem com os colegas inclusos, sobretudo sobre valores e atitudes como respeito, valorização do próximo e da diversidade, colaboração, etc.”

O que se sente falta é a existência de profissionais especialistas, “para auxiliar o professor na sala de aula, prestar assistência em dúvidas e propor uso de tecnologias ou métodos que sejam possíveis de serem trabalhados com cada caso.”

(declaração do docente ). Assim, os profissionais concordam que existe a necessidade de um profissional da área de psicologia, que seja capaz de “avaliar o aluno incluído, verificando quais as condições e necessidades em um âmbito geral, o aluno tem para cumprir os requisitos do curso com suficiência. ” ). Assim, o professor é capaz de “potencializar a aprendizagem do estudante. ” ). E, o professor  complementa que “paciência é tudo para pessoas com qualquer tipo de deficiência.”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou conhecer a formação dos docentes que atuam no Curso Técnico em Informática de uma instituição de ensino regular e técnico do estado do Paraná e suas opiniões, dificuldades e acertos no trabalho com educação inclusiva.

As estratégias utilizadas foram analisadas e pensadas como facilitadores do processo ensino aprendizagem, buscando a inclusão dos estudantes e permitindo a preparação para novas oportunidades no trabalho com as diferenças, pensando em uma “educação para todos” e quebrando “o paradigma de normalidade e da padronização” (declaração do docente ).

Assim, o que se busca a partir deste estudo é o aperfeiçoamento das práticas de inclusão, buscando conhecer as demais experiências desenvolvidas pelas entidades de educação que trabalham com cursos técnicos e tecnológicos. Uma postura que faça parte do plano de ação da equipe de coordenação pedagógica para promover a formação continuada com os professores.

Muitas pesquisas têm se desenvolvido junto as instituições de ensino superior, com resultados positivos. E, através desta troca de experiências pretendese preparar o curso, e a escola, para o efetivo posicionamento para precursor da educação inclusiva na formação técnica, promovendo a equidade para os estudantes portadores de necessidades especiais.

A formação inicial não dá conta da formação para a inclusão e, a formação continuada para os cursos técnicos não estão direcionados à essa temática. Assim, existe a necessidade de motivar o educador para que, diante da necessidade, busque formação para a diversidade e para a inclusão das diferentes necessidades especiais. Seria esta problemática uma necessidade de alicerçar a formação dos profissionais do curso técnico à legislação vigente sobre educação especial?

Muitas outras questões estão por vir sobre as necessidades de formação e cuidados com o curso técnico no estado do Paraná, nossas ações precisam ser de políticas educacionais de inclusão em todos os níveis e modalidades de ensino. Para isso, precisamos urgente de formação pedagógica inclusiva para que os cursos técnicos não formem apenas técnicos e sim pessoas que se adequem socialmente nesta sociedade excludente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** MEC/SEESP. 2008. MEC/SECADI. <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 07/03/2016.

_____. **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 07/08/2016.

_____. **Emenda Constitucional Nº 12, de 17 de outubro de 1978.** Assegura aos Deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc12-78.htm>. Acesso em: 07/08/2016.

_____. **Decreto Nº 91.872, de 4 de novembro de 1985.** Institui Comitê para traçar política de ação conjunta, destinada a aprimorar a educação especial e a integrar, na sociedade, as pessoas portadoras de deficiências, problemas de conduta e superdotadas. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/19801987/decreto-91872-4-novembro-1985-442053-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 07/08/2016.

_____. **Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 07/08/2016.

_____. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Capítulo V da Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf>. Acesso em: 07/08/2016.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.**

Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 07/08/2016.

_____. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR.** MEC; CAPES. Disponível em:

<<http://www.capes.gov.br/educacaobasica/parfor1>>. Acesso em: 09/08/2016.

Diferentes Deficiências e seus Conceitos. Ministério Público do Estado de Goiás.

Disponível em:

<http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/diferentes_deficiencias_e_seus_conceitos.pdf>. Acesso em: 07/08/2016.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil.** - Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

MIRANDA, T.G.; GALVÃO FL., T. A. **O Professor e a Educação Inclusiva. Formação, Prática e Lugares.** EDUFBA – Editora da Universidade Federal da Bahia. 2012. Disponível em:

<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/conteudo_referencia/o-professor-e-aeducacao-inclusiva.pdf>. Acesso em: 18/05/2016.

OEA. **Projeto de Programa de Ação para a Década das Américas pelos Direitos e pela Dignidade das Pessoas com Deficiência (2006-2016)**. Aprovada na quarta sessão plenária da OEA, realizada em 5 de junho de 2007. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/g-programa.doc>>. Acesso em: 10/08/2016.

PACHECO, R. V.; COSTAS, F. A. T. **O processo de inclusão de acadêmicos com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal de Santa Maria**. Revista Educação Especial, n. 27, p. 151-167, 2006. Santa Maria. Disponível em: <<http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4360>>. Acesso em: 07/03/2016.